

CONSCIÊNCIA DE CLASSE



PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA

Visite nossas redes sociais: @emancipacaoocialista

Nº 39 jun-jul/2026

R\$ 2

AMÉRICA LATINA NÃO É QUINTAL DOS ESTADOS UNIDOS

RESISTIR À OFENSIVA IMPERIALISTA



2| LULA GOVERNA PARA QUEM?

3| AUMENTA DESIGUALDADE SOCIAL

**4| UNIDADE ENTRE TRABALHADORES
E JUVENTUDE**

**9| COPA DO MUNDO: O QUE IMPORTA
É O DINHEIRO**

**10| RESISTIR AO INTERVENCIÓNISMO
NA AMÉRICA LATINA**

**11-12| A CRISE SOCIAL NOS ESTADOS
UNIDOS**

ENCARTE 1: 90 ANOS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

ENCARTE 2: BOLÍVIA

AFINAL, PARA QUEM LULA GOVERNA?

No “fórum anual da Esfera Brasil”, organizado pelo dono do grupo “Transamérica”, um dos debates foi sobre a 3ª via no processo eleitoral. Se autointitular sociedade civil organizada, mas são os grandes empresários se articulando de como ganhar mais dinheiro.

Estavam por lá Luciano Huck (apresentador da Rede Globo), Flávio Rocha (Lojas Riachuelo) e Lírio Parisotto (ramo químico e especulador na Bolsa de Valores). Esses com fortunas bilionárias. Os três clamaram por outro nome, fora do “lulismo” ou do “bolsonarismo”. Negam o bolsonarismo por conta da instabilidade política que carrega (como o banco Master) e ricos gostam de explorar sem muita agitação social.

Lula é rejeitado por causa dos “gastos públicos excessivos”. Luciano Huck até disse que o Bolsa Família incentiva as pessoas a não procurarem emprego e, por isso, precisa de uma 3ª via para restringir acesso à políticas públicas para os mais pobres.

Será que o governo Lula tem gastos públicos excessivos? Ou eles querem o povo mais miserável e defendem cortar gastos com a saúde, educação, transporte, segurança pública, programas sociais (Bolsa Família e outros)? Vejamos.

Governo Lula é de continuidade na economia

Lula manteve a essência da política econômica dos governos anteriores, mantendo os “programas sociais para os ricos”, mecanismos de transferência de dinheiro público para o “andar de cima”. Os principais:

Em 2026, a estimativa é os empresários ganharem **R\$ 618,4 bilhões com a renúncia fiscal**. Nesses valores, estão as isenções e anistias fiscais, subsídios e benefícios tributários para várias empresas e grupos econômicos, atividades

ou grupos sociais específicos. Exemplo de isenção: os ricos (através de suas empresas) não pagam imposto sobre lucros e dividendos. Provavelmente, todos os participantes desse fórum têm algum desses benefícios.

O Arcabouço fiscal. Esse mecanismo é o “jeitinho petista” de fazer a mesma coisa com outro nome. Além de manter teto dos gastos públicos, ainda possibilita passar a pesada carga para as costas dos trabalhadores públicos se os gastos ficarem próximos da meta. Há também um limite de 2,5% para o crescimento dos gastos. Ou seja, mudou o nome, mas manteve o limite de gastos públicos, medida aplaudida pelo mercado.

Nesse compromisso com o “deus mercado” diante do risco de furar o teto dos gastos, o que Lula faz? Corta no orçamento. Nesse ano, já houve o bloqueio de R\$ 22,1 bilhões do orçamento e, também, dedução de R\$ 1 bilhão em gastos com saúde e educação.

Dívida pública: Os empresários reclamam dos gastos quando é para programas sociais ou serviços públicos, mas se for para beneficiá-los o silêncio é total. É o caso da dívida pública. Lula seguiu os governos anteriores e manteve o pagamento da dívida pública. Em 2025, foram pagos mais de R\$ 2,15 trilhões da dívida pública ou 42,2% do orçamento federal. Esse dinheiro foi parar no bolso dos banqueiros e especuladores. Para eles, não pode construir um hospital porque é menos dinheiro público no bolso deles. Estado máximo para eles, Estado mínimo para o povo.

Jeito petista: algumas migalhas

No nosso modo de ver, Lula sempre aplicou uma política econômica de caráter neoliberal. No entanto, os seus governos se caracterizaram por alguns programas sociais que distribuem “migalhas” da



riqueza nacional.

É o caso do Bolsa Família, o programa social mais importante nas últimas décadas. Um programa limitado, mas que permite chegar alimentos para uma parte da população. O custo é muito baixo, em 2026 está estimado em R\$ 158 bilhões, ou, 1,3% do PIB brasileiro (R\$ 12,7 trilhões). Custo que não impacta a lucratividade do capital.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais segue a mesma lógica: para corrigir a defasagem da tabela do Imposto de Renda, a isenção deveria ser para quem ganha até R\$ 6.694,37, ou seja, medida parcial, mas fala como se tivesse resolvido o problema.

A expansão das Universidades e Institutos Federais foi importante, mas pagando a dívida pública não sobra orçamento suficiente, levando a maioria delas à precarização, atingindo até mesmo as maiores universidades, como a UFRJ.

A reclamação da burguesia, por conta dessas políticas mesmo “a conta-gotas”, só revela como os ricos não aceitam mesmos pequenos benefícios para os pobres.

Pode ser diferente?

Muitos argumentam que o centrão e a extrema-direita barram muita coisa. É verdade, mas isso não isenta Lula que, desde o começo, priorizou construir a governabilidade em vez de atacar os privilégios dos ricos e resolver os problemas sociais.

Se quisesse enfrentar a extrema-direita (além da direita e do centrão), deveria se apoiar na mobilização da classe trabalhadora, mas foi ao contrário, apostou (e perdeu) na conciliação e desmobilizou a classe trabalhadora.

Esse era o caminho para ser um governo diferente.

AUMENTA A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNDO

Dados do relatório da OXFAM sobre concentração de renda, lançado em 19 de janeiro de 2026, revelam que a desigualdade social está aumentando. O documento, intitulado Resistindo ao domínio dos ricos: defendendo a liberdade contra o poder dos bilionários, foi lançado durante o Fórum Econômico em Davos.

Vamos aqui comentar as informações contidas no documento. Mas, é importante registrarmos que as conclusões sobre possíveis maneiras de sanar a extrema pobreza e o poder dos super-ricos não correspondem à nossa concepção de sociedade.

A OXFAM Brasil é uma organização da sociedade civil, fundada em 2014, sediada em São Paulo e focada em pesquisas que visem à melhoria das condições de vida da população, nos limites de um sistema que sempre levará à opressão de uma grande parte para benefício de uma minoria.

Para a Emancipação Socialista, a miséria e a existência de grupos sociais oprimidos são consequências inerentes ao capitalismo. Qualquer medida no âmbito desse sistema é apenas uma forma de amenizar momentaneamente as desigualdades.

Para nós, não se trata de limitar a riqueza, como propôs a filósofa

Ingrid Robeyns, citada no documento – sua ideia é que as sociedades permitam um máximo de 10 milhões de dólares. A distribuição igualitária de riquezas, de acordo com as necessidades de cada ser humano, é possível superando o capitalismo.

O abismo entre os bilionários e o resto do mundo

Segundo o parecer da OXFAM, o aumento da miséria e a distância econômica entre os super-ricos e os mais pobres ameaçam a democracia. Aumentam as medidas de austeridade fiscal, retirada de direitos, perseguição a imigrantes e maior vulnerabilidade dos grupos oprimidos, como pessoas LGBTQIAPN+, populações racializadas e mulheres.

Nos EUA, fortunas dos bilionários cresceram a uma taxa três vezes mais rápida do que a média anual dos cinco anos anteriores desde a eleição de Trump, em novembro de 2024. Há um dado que chama atenção: os 12 bilionários mais ricos concentram mais dinheiro do que 4 bilhões de pessoas juntas. Enquanto isso, uma em cada quatro pessoas no mundo é ameaçada pela fome.

De acordo com o relatório, no Quênia o recuo de direitos na educação, saúde e proteção social consiste em uma austeridade deliberada imposta aos pobres, enquanto os ricos continuam a lucrar com impunidade.

Lobistas de empresas poluidoras estiveram presentes às negociações climáticas das COP 28 e 29. Como frear o colapso ambiental assim?

Por outro lado, pessoas não estão paradas enquanto

bilionários e autoritários corroem suas liberdades. Defensores da igualdade e da justiça fiscal exigem ação sobre a desigualdade e a taxação dos super-ricos. Uma convenção tributária da ONU, liderada pela África, está em vias de acontecer.

Classe trabalhadora protesta

De nossa parte, vemos com esperanças as revoltas populares, como a da Bolívia, e as greves que têm acontecido. Mas, sabemos que a classe trabalhadora tem agido só na defensiva, sem condições de barrar o genocídio em Gaza e as mortes na Guerra da Ucrânia, conflitos que movem a indústria bélica, umas das mais lucrativas do planeta.

O relatório conclui que a última década foi muito boa para os bilionários. Eles têm atuado na compra de políticos e na mídia. Em 2022, Elon Musk comprou o Twitter, atual X, e prometeu, sob o pretexto da “liberdade de expressão”, reduzir as medidas de monitoramento e censura do discurso de ódio. O resultado foi um aumento de 500% de insultos raciais, além de termos misóginos, transfóbicos e similares.

O processo de alienação é brutal. Aprendemos com Marx e Engels que a alienação é o grande engenho da classe dominante para justificar o status quo. Segundo a OXFAM, os super-ricos construíram seu poder político pela compra de influência, investindo na legitimação do poder e acessando diretamente as instituições. Por fim, o documento observa que os governos não escolhem lutar contra os oligarcas.

Os socialistas sabem que nenhum Estado estará do lado da classe trabalhadora. Ela precisa tomar o poder e coletivizar as riquezas, distribuindo-as.



A JUVENTUDE E TRABALHADORES FAZEM MOBILIZAÇÕES SIMULTÂNEAS

O 1º de Maio, chegou com uma onda de mobilizações dos movimentos sociais, populações indígenas e de diversos setores da Educação pública.

As greves dos Técnicos-Administrativos das universidades federais, Professores das redes municipais de São Paulo e Minas Gerais, profissionais da Educação estadual do Rio de Janeiro e, com especial ferocidade, dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) têm exposto a podridão do Projeto Educacional da burguesia e da face truculenta de um Estado que, para atender aos interesses de mercado, retira verbas públicas municipais, estaduais e federal.

Uma parcela da classe trabalhadora tem enfrentado a retirada de direitos, o sucateamento, as privatizações e as políticas de austeridade. Mas, o governo federal tem garantido o aprofundamento das medidas que há décadas destroem o ensino público e são aplicadas agressivamente pelos governos nos estados e municípios.

Educação pública, gratuita e de qualidade

Nesse momento, os movimentos grevistas têm características semelhantes, embora com reivindicações específicas, e estão unidos contra um inimigo comum que é o Projeto Educacional que entrega a Educação pública para o controle de empresas e até de instituições financeiras.

Os Técnicos-Administrativos das universidades federais com greves ao menos em 54 instituições têm exigido apenas o cumprimento do acordo de 2024: o reajuste salarial, a jornada de 30 horas, o Reconhecimento de Saberes e Promoção na Carreira.

No entanto, o governo Lula finge não lembrar do acordo e o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI)

também não dialoga. Apostam em restringir os critérios de promoção na carreira, em dividir a categoria e enfraquecer a luta.

Na cidade de São Paulo, os Professores têm enfrentado com greve o bolsonarista Ricardo Nunes (MDB), que aprofunda as perdas salariais e impõe mais cortes de direitos. Também enfrentam o Tribunal de Justiça da elite paulista que não cumpre Lei e criminaliza a luta ao determinar aplicação de multa e exigir que 70% dos professores estejam em sala de aula, na busca de enfraquecer a luta.

No estado do Rio de Janeiro, os Professores e demais profissionais da Educação pública têm denunciado as perdas salariais e de direitos desde 2019 e têm exigido a recomposição. O governador Cláudio Castro, também do Partido Liberal e aliado de Bolsonaro, trata os Professores como inimigos. A categoria tem se organizado e se mantém em estado de greve.

Estudantes da USP diante do governo de extrema-direita

Depois de muitas tentativas de diálogo com o reitor Aluísio Segurado, os estudantes da USP ocuparam salas, pátios e a própria reitoria em defesa da educação pública e de condições básicas como restaurantes universitários e moradia estudantil dignos, reajuste do auxílio permanência e por mais verbas para garantir a qualidade de ensino-aprendizagem.

A resposta da reitoria junto com o governo de extrema-direita de Tarcísio de Freitas (Republicanos) já está registrada nas páginas mais vergonhas da história da universidade: a Polícia Militar a mando da reitoria, durante a madrugada do Dia das Mães, reprimiu os estudantes



violentemente com agressões físicas e os ameaçando de morte. Cerca de 5 estudantes ficaram feridos e sem atendimento médico. E mesmo com ameaças e muita repressão, os estudantes vêm resistindo e seguindo com a greve!

Esse Projeto Educacional da extrema-direita tem sido aplicado nas várias universidades pelo país. Os estudantes da USP viveram o mesmo que os da UERJ. Em 2025, o ex-governador Cláudio Castro e a reitoria ordenaram que o CHOQUE os expulsasse da ocupação, independente dos meios necessários.

E o governo federal?

Uma afirmação necessária é que Lula (PT) também tem responsabilidade por essa situação caótica da Educação pública, que sob o discurso de defesa da igualdade e fim da pobreza, continua como governo da/para a burguesia e não para a classe trabalhadora.

O Orçamento da Educação em 2026 é o menor da última década e as universidades amargam sucessivos cortes, mas bilhões vão para o pagamento dos juros da dívida “pública” e para subsidiar grandes empresários. A Educação pública continua sendo tratada como despesa e não como o nosso direito.

Unidade e radicalidade nas lutas

Diante desse cenário, a resposta não pode ser o apelo institucional, a crença em governos, juízes e parlamentares. A nossa resposta tem que ser a luta direta e a unidade de toda a classe trabalhadora com a greve geral. As greves e mobilizações para manutenção e conquista de direitos são chamadas do mesmo incêndio. A luta de classes não espera.

OS 90 ANOS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA E A EXPERIÊNCIA DO POUM



Há 90 anos, em meados de julho de 1936, as tropas de Franco iniciavam seu ataque golpista contra o governo eleito de Manuel Azaña. Era o início à Guerra Civil Espanhola, conflito que representou o ápice da polarização ideológica no país ibérico. O governo era uma coalização de ‘republicanos’ (socialistas, anarquistas e comunistas) enquanto os “nacionalistas” reuniam os setores conservadores, monarquistas e fascistas, apoiados por Alemanha e Itália.

Tal contexto repousa na longa duração, desde o fim do século 19. A Espanha havia perdido quase todas as suas colônias no contexto das disputas da época e internamente a unidade do Estado espanhol era muito contestada pela reivindicação de autonomia das populações bascas e catalãs.

Os latifúndios eram dominantes em contraste com os milhões de camponeses pobres. Em geral, as condições de vida do povo não eram boas, o que levava à insatisfação com a Monarquia espanhola, considerada inepta e corrupta. O Rei Afonso XIII era impopular e crescia o ativismo republicano combinado expansão do movimento proletário.

Ideias anarquistas e socialistas se popularizavam entre os trabalhadores espanhóis e essas correntes lideravam os principais sindicatos. A polarização crescia e o choque de classes era frequente e mais violento. Grupos terroristas de extrema-direita, em especial o “Sindicato Libre”, atacavam as organizações operárias através de atentados e assassinatos de seus principais líderes. A esquerda criou grupos armados como o “Nosotros”.

Já agonizando, a Monarquia nomeou Primo de Rivera como chefe de um regime fascista, mas

ele renuncia em 1930, por conta de uma série de escândalos de corrupção. Nas eleições do ano seguinte, os republicanos obtiveram a maioria de votos nos grandes centros urbanos e o Rei abdica do trono. Nasce a Segunda República espanhola, mas a crise política prossegue: nas eleições de 1933, a esquerda se divide e a direita sai vitoriosa.

Já em 1936, com o crescimento do fascismo na Europa, as organizações da esquerda revolucionária apoiam a “centro-esquerda” republicana (Frente Popular) que vence as eleições por pequena margem de votos: Manuel Azaña assume a presidência e Largo Caballero se torna chefe de governo.

A direita não aceita a derrota e passa a insuflar abertamente um golpe, acusando o governo eleito de ser pró-soviético. Os setores reacionários se organizam na Frente Nacionalista do general Franco, que unia o alto comando das Forças Armadas, a Confederação Espanhola de Direitas Autônomas, monarquistas, lideranças católicas e a Falange Espanhola, grupo paramilitar.

Em 16 de julho de 1936, o reacionário Calvo Sotelo é assassinado pela Guarda de Assalto republicana e a Frente Nacionalista usa esse fato de pretexto para atacar os republicanos e iniciar a Guerra Civil Espanhola.

O conflito

A guerra civil seria o clímax da polarização espanhola vinda de anos. A Frente Popular (FP) consegue inicialmente manter o controle de Madri e Barcelona, mas os fascistas recebem o apoio dos legionários vindos do Marrocos. Mussolini enviou 70 mil soldados italianos e

Hitler mais 15 mil, além de apoio aéreo. A Luftwaffe (Força Aérea da Alemanha nazista) bombardeia várias cidades, como Guernica, no País Basco, fato imortalizado no quadro de Picasso.

Pelo outro lado, a França, a Inglaterra e demais países ocidentais se recusaram a intervir na guerra. O apoio da União Soviética foi aquém, encaminhando 5 mil consultores militares e armamentos, assim como o México de Cardenas. O papel de Moscou, ao fim e ao cabo, foi nefasto, como veremos mais a frente.

Milhares de apoiadores republicanos foram executados pelos nacionalistas, além dos estupros e torturas aos civis. A selvageria visava amedrontar os republicanos e forçá-los à rendição, mas teve efeito contrário, pois milhares de pessoas se voluntariaram para formar milícias e resistir ao avanço dos fascistas.

Essa polarização colocou a possibilidade da Revolução socialista na ordem do dia.

Uma revolução socialista esteve colocada como possibilidade

Organizações anarquistas lideraram uma importante insurreição em Aragão, na Catalunha e em partes de Valência. Trabalhadores assumiram o controle de indústrias, fazendas e serviços públicos (gestão dos serviços públicos, como bondes, hospitais e escolas), implementando sistemas de autogestão operária e coletivizações em larga escala e abolindo a propriedade privada dos meios de produção. Os latifúndios foram expropriados e entregues aos camponeses em muitos lugares.

Foram criados Conselhos Operários que organizaram a

gestão e o processo revolucionário. Todas as decisões eram tomadas em assembleias populares. Foram feitas várias reformas sociais, como a secularização da sociedade e a igualdade de gênero.

Logo surgiram as divisões entre os grupos da Frente Popular. As experiências implementadas por anarquistas e comunistas de esquerda não tiveram apoio do Partido Comunista da Espanha, da União Soviética e nem das demais organizações republicanas. Moscou e o PC espanhol priorizaram construir aliança contra o fascismo e a radicalização não era bem vista.

Assim, as relações entre a esquerda radical e os comunistas estalinizados se deterioraram continuamente, a ponto de ter enfrentamento armado entre os dois grupos durante os chamados “Eventos de Maio” em 1937. Sob ataque de parte da Frente Popular e dos fascistas, as possibilidades da ‘Revolução Espanhola’ não se efetivaram.

Stalin, o eterno coveiro das revoluções

É inegável que a URSS deu algum apoio à luta contra Franco, assim como os comunistas ajudaram articular as Brigadas Internacionalistas, mobilizando mais de 60 mil combatentes voluntários de todas as partes do mundo.

No entanto, a estratégia desse apoio não era para repetir a Revolução Russa. Uma vitória revolucionária do proletariado espanhol no coração da Europa, poderia ter, em tese, reforçado a resistência da classe trabalhadora ao fascismo e contagiado as lutas nos outros países e impedido a expansão do fascismo. Essa possibilidade – revolucionária - de fato esteve colocada em julho de 1936 e, com alguma chance, em maio de 1937.

Os chefes republicanos da Frente Popular temiam mais a revolução proletária do que a contrarrevolução fascista e fizeram de tudo para desmobilizar os trabalhadores. Jesus

Hernandez, dirigente do PCE, teria dito: “É totalmente falso que o objetivo desta mobilização operária é a instauração de uma ditadura proletária ao fim da guerra. [...] Nós, os comunistas, somos os primeiros a repudiar semelhante suposição. Nos motiva unicamente o desejo de defender a república democrática”.

Essa era linha central estalinista. Stalin, o principal articulador da política da Frente Popular internacionalmente, vinha operando o desmonte de qualquer radicalização do processo espanhol mantendo as boas relações com franceses e ingleses. Ambos os países chegaram a embargar o envio de armas para os espanhóis contra Franco.

Stalin chegou a enviar uma carta pessoal a Largo Caballero onde afirmava ser “necessário evitar que os inimigos da Espanha vejam nela uma República comunista”. Para a burocracia soviética era decisivo manter resguardadas boas relações diplomáticas com as burguesias ‘democráticas’ europeias, mesmo que precisasse sufocar os ímpetus revolucionários na Espanha.

O fim do conflito

Enquanto as forças da esquerda lutavam entre si, as tropas de Franco ampliavam seu domínio sobre várias cidades. Madri, Barcelona, Valência, Bilbao e Málaga ainda resistiam com grandes dificuldades. No pior momento, Franco isolou as forças republicanas em três enclaves submetidos a um severo bloqueio e, neste cenário, as tropas entraram em colapso, permitindo aos nacionalistas capturarem Madri e Barcelona em 1938.

A rendição plena foi em abril de 1939, mas as tropas de Franco seguiram com o o chamado Terror Branco, executando centenas de milhares de civis e ex-combatentes republicanos. O regime franquista que surgiu ali foi uma ditadura fascista, respaldada pela conivência das potências imperialistas e pela política derrotista da URSS. Franco governou a Espanha até sua morte,

em 1975. Um governo marcado pela severa repressão contra a esquerda e os movimentos sociais, fim dos direitos civis e favorecimento aos grupos capitalistas. Depois, a Monarquia (dessa vez parlamentarista) é restaurada e o Rei se torna o chefe de Estado.

A experiência do POUM (Partido Operário da Unificação Marxista)

Trataremos da experiência do POUM em parte da Guerra Civil espanhola, revisando e reapresentando artigos publicados em 2025 nesse jornal e no site Emancipação Socialista.

Em geral, foi difícil – e tem sido - o caminho da unidade dos revolucionários desde o século passado. Atualmente há algumas experiências interessantes de aproximação de correntes e militantes independentes da esquerda revolucionária, mas, em geral num ritmo lento e com vícios e dificuldades. Não obstante, tais iniciativas são válidas e devem ser multiplicadas e contam com a militância e os esforços da Emancipação Socialista.

Temos atuado e estimulado o Movimento pela Frente Socialista Revolucionária (MFSR), iniciativa que aproxima e articula grupos e militantes revolucionários(as) buscando a unidade e colaboração entre seus membros, quebrar a fragmentação e a ‘diáspora’ entre os agrupamentos revolucionários. Uma tarefa árdua, considerando que as rupturas e a autofagia dominam a relação entre os grupos e nem sempre existem regimes saudáveis internamente nas organizações. Conviver com as diferenças parece ser um fardo pesadíssimo e parece estar virando uma espécie de costume arraigado: melhor dividir e fazer um ‘novo grupo’ do que apostar no debate saudável e qualificado das diferenças e sínteses superiores.

Neste cenário desafiador de aproximar os revolucionários vale analisar a experiência do POUM espanhol, surgido no contexto da

luta contra o fascismo (e várias forças de direita) na Espanha, como analisado anteriormente.

A vitória eleitoral da aliança republicana⁽¹⁾ abriu uma nova situação política e o POUM se localizou neste contexto e na crítica ao seguidismo dos PCs a Stálin. Importantes setores do movimento proletário, sobretudo na Europa, organizavam dissidências contra os ditames da URSS e do stalinismo. No marco da onda de mobilizações e greves do período, a Frente Popular se constituiu como uma alternativa eleitoral antifascista. Já a direita espanhola, por sua vez, gozava do apoio da grande burguesia, dos latifundiários e de boa parte da Igreja Católica e do Exército, ou seja, uma força social com peso de massas.

A Frente Popular tomou posse e em poucos meses adotou algumas medidas progressivas como a expropriação de mais de meio milhão de hectares de terras para instalar famílias de camponeses: tudo combinado com o compromisso da manutenção da propriedade privada e do sistema capitalista, cabe destacar. Tal contradição estaria presente durante toda Guerra Civil.

Origens do POUM

O POUM havia surgido 10 meses antes a partir da unidade orgânica entre a 'Esquerda Comunista', liderada por Andres Nin (que chegou a trabalhar com Trotsky na Rússia) e o Bloco Operário e Camponês de Joaquim Maurin, vinculado a posições originadas de Bukharin, e, pejorativamente, chamado pelos estalinistas de 'comunistas de direita'. Ambos criticavam o estalinismo: nas páginas de seu jornal "A Batalha", o POUM foi o único a criticar os Processos de Moscou que eliminaram milhares de militantes e opositores a Stálin. Apesar das distintas origens, o POUM surgiu em base a um acordo programático significativo e atraiu ativistas revolucionários de variadas origens dentro do campo da esquerda comunista.

Em julho de 1936, o POUM contava com cerca de 8.000 militantes, um salto já em relação ao número fundacional. No final desse mesmo ano chegaria a 40.000 numa Espanha que contava com cerca de 24 milhões de habitantes. Mesmo sendo uma força minoritária, tinha um peso político expressivo, demonstrando a correção da unidade orgânica entre os revolucionários especialmente alicerçada em um programa e tarefas comuns para atuar na realidade.

Infelizmente, o POUM errou muito politicamente, especialmente na sua posição perante a Frente Popular: apesar de criticá-la, colocou a sua assinatura no acordo fundacional e chegou a ter Andres Nin como Ministro, o que não compromete a experiência que resultou na unidade de boa parte dos revolucionários espanhóis. A principal justificativa para se aliar com uma parte da classe inimiga, na Frente Popular, era a "tática eleitoral" para não ficar "isolado" ante o forte apoio à Frente Popular naquele período de avanço global das forças fascistas.

Partimos do pressuposto que a unidade entre grupos socialistas com bom grau de identidade no contexto espanhol foi correto. No entanto, esta organização falhou em questões importantes na luta de classes: sua política e encaminhamentos centrais foram desastrosos no contexto de ascenso popular no país e ante o avanço fascista. É possível analisar a experiência do POUM identificando e separando, em certo sentido, estes dois aspectos.

Importante destacar que o POUM sempre teve uma posição crítica à esquerda tradicional daquele período (socialistas e comunistas) e se posicionou (de forma insuficiente e contraditória) contra a estratégia estalinista/social-democrata de limitar-se a defender o governo republicano.

O POUM também defendeu expropriações, ocupações de terras e fábricas. Defendia que era preciso

derrotar o conjunto da burguesia para impedir a expansão do golpe de Franco. Ainda foi defensor dos vários comitês de base surgidos no início da resistência antifascista e chegou a apontar que eles deveriam se unificar em um poder proletário revolucionário, mas também desmobilizou barricadas e mobilizações independentes da classe trabalhadora colaborando com o governo republicano.

Com o avanço da Guerra Civil, os espaços de autonomia da militância antifascista foram substituídos gradualmente pela imposição da ideia de defender e restaurar a institucionalidade burguesa, pois Franco e o avanço fascista desmontavam o regime democrático burguês. Nesta altura, o POUM era parte do governo com o Ministro Andreu Nin e sua militância saltou para 40 mil militantes. Era uma força com influência e capacidade de incidir na realidade com espaço para as ideias socialistas e revolucionárias, mas também para o fascismo em ascensão. A aliança com o governo republicano aproximou militantes, mas também a visão mais à esquerda e radical do POUM aproximou muita gente num contexto de resistência antifascista.

Considerando-se estes fatores, infelizmente, o partido manteve-se prisioneiro de uma espécie de 'centrismo endêmico': fazia saudações à Revolução, mas era parte da Frente Popular, muito além da unidade antifascista, certamente necessária. E aqui um ponto central: seria possível combater unitariamente o fascismo sem estar no governo burguês republicano? Do nosso ponto de vista, sim. Possível e necessário - um tema muito atual-, em clássicas palavras, seria possível golpear o inimigo comum unificados, mas marchar separados.

A dura crítica de Trotsky

Trotsky naquele momento vivia o duro exílio da Noruega. Mesmo em condições adversas, ele

conseguiu acompanhar e escreveu sobre o contexto espanhol. Foi duro na crítica da unificação que gerou o POUM e muito mais na análise das políticas do partido. Segundo ele, os “comunistas de esquerda” eram vacilantes, conciliadores e centristas, ou ainda “oportunistas e traidores”.

Para ele, ao criticar a tática de aliança do POUM com a Frente Popular, os verdadeiros revolucionários deveriam traduzir as condições particulares do seu país para a linguagem internacional do marxismo, ou seja, não se limitar às realidades locais. O POUM simplesmente havia aplicado “servilmente a política que o VII Congresso da Internacional Comunista impôs a todas as suas seções”, igualando a política do partido ao do estalinismo sobre apoiar governos de “Frentes Populares”. Ou seja, o partido buscava pressionar a realidade pela esquerda, mas evitava um rompimento com as suas direções e assim ficando a reboque dos estalinistas e sociais-democratas.

A crítica de Trotsky afastou o POUM das articulações para a formação da 4ª Internacional que seria fundada em 1938. Ele também considerou que a unidade entre correntes distintas foi um erro, gerando um programa centrista que justificava a capitulação ao governo republicano. Trotsky não manteve o diálogo nem com o setor mais à esquerda do POUM, tratando a experiência desta organização como desastrosa, sem mediações. Vale destacar que o partido tinha divisões em suas fileiras: havia em Madrid militantes que cooperavam com os trotskistas e criticavam o caráter burguês do governo republicano da Frente Popular defendendo a estratégia revolucionária. Mas, regionais com influência do antigo ‘Bloco’ bukharinista, declaravam apoio ao governo republicano e condenavam o “radicalismo” dos setores mais críticos.

Neste contexto, a luta unitária antifascista alicerçada no governo

e apoio à Frente Popular, justificava a linha política que se tornaria dominante no POUM. Tal escolha ajudou a enterrar as possibilidades revolucionárias naquela Espanha radicalizada, mas pior de tudo é que tal colaboração não iria garantir nem a existência do próprio partido.

O desmantelamento do POUM

A partir do desenrolar da Guerra Civil Espanhola, o centro da política estalinista era a restauração ‘democrática’ e aliança com Inglaterra e França. Gradualmente, a dualidade de poderes existente na Guerra Civil foi desmontada por dentro: era a política deliberada do PSOE e PCE e respaldada pelas direções sindicais majoritárias e pelo próprio POUM, a partir de suas vacilações e centrismo.

Um exemplo dessa estratégia foi verificado nas batalhas de maio de 1937, quando o governo republicano tenta assumir o controle das comunicações ocupando o edifício da Telefônica, em Barcelona. A classe trabalhadora enche a cidade de barricadas enquanto a militância da CNT (central sindical) e do POUM dominam a situação, mas logo recuam e chamam a desmontar a resistência e confiar na política da Frente Popular. Mais uma vez, o POUM não se atreve a romper com o governo e desmobiliza sua própria base no meio da batalha.

Após esta colaboração com as forças governistas, o partido seria ilegalizado sob a acusação absurda de “fascista”, ou seja, o ‘prêmio’ por colaborar com o governo da Frente Popular. Andreu Nin foi sequestrado e torturado até a morte pelo estalinismo. Milhares de militantes foram executados ou presos pela ação repressiva estatal, especialmente com a ação da NKVD.⁽²⁾

Para a alegria de Franco e do fascismo internacional, quem reprimiu e eliminou milhares de lutadores socialistas foi a esquerda tradicional: o PC espanhol e o PSOE com apoio da burocracia soviética.

Muitos militantes foram para a clandestinidade para fugirem do governo espanhol e dos assassinos enviados por Moscou. Mesmo leal a Frente Popular, enfim, o POUM foi desmantelado, enquanto os fascistas avançavam militarmente ante uma esquerda dividida e sem rumo revolucionário.⁽³⁾

Seria o fim trágico do centrismo do POUM e, mais tarde, o fascismo venceria a Guerra Civil, inaugurando um longo governo reacionário surgido após a morte de mais 500 mil pessoas: segundo historiadores, ali estava a antessala da Segunda Guerra Mundial.

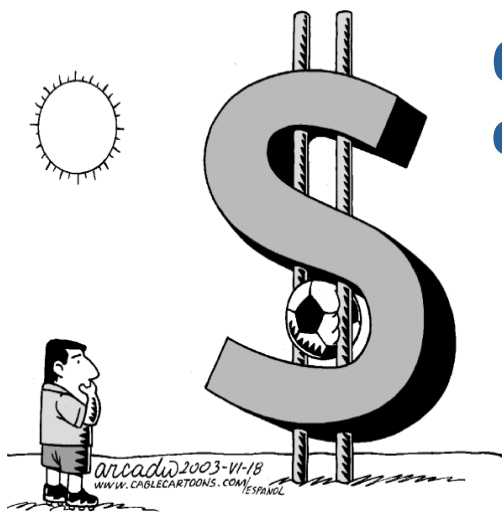
O POUM entrou para a história mesmo com sua breve existência na qual teve erros e acertos. Era uma situação radicalmente polarizada e com oportunidades tanto para a revolução socialista como para o fascismo, mas marcada por uma situação internacional muito desfavorável – ascensão fascista em vários países e do estalinismo na URSS – que ajudou a selar o terrível desfecho para o partido e, especialmente, para a classe trabalhadora espanhola por décadas.

Notas

(1) As eleições foram muito polarizadas: a Frente Popular (FP) conseguiu 4,7 milhões de votos e a Frente Nacional cerca de 4,4 milhões.

(2) A NKVD (Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del) era o Comissariado do Povo de Assuntos Internos. Criada em 1934, incorporou funções centrais na administração e na segurança do Estado. Controlava a economia e o serviço secreto, prestando contas ao Conselho de Comissários do Povo e ao CC do Partido Comunista. A NKVD controlava os Gulag e os campos de trabalho, famosos por aprisionar perseguidos políticos. Na Guerra Civil Espanhola seus agentes atuavam em conjunto com o PC Espanhol exercendo influência sobre o governo republicano. Ali, estabeleceu prisões secretas em Madri, torturou e matou centenas de oponentes, incluindo nacionalistas espanhóis, católicos, anarquistas e trotskistas.

(3) Assista ao filme “Terra e Liberdade”, dirigido por Ken Loach, 1995. Link: <https://n9.cl/t37u5>



COPA DO MUNDO: UMA INDÚSTRIA CADA VEZ MAIS BILIONÁRIA!

a manutenção e expansão de sua estrutura global.

A mercantilização do futebol no Brasil e no mundo tem aumentado progressivamente. Os clubes têm donos; jogadores pertencem a empresários; os “cartolas” enriquecem de forma escandalosa; sites de apostas esportivas crescem de forma acelerada, e até mesmo torcidas organizadas são profissionalizadas.

Mas esse dinheiro também é concentrado. O fato é que o futebol, hoje, dá muito dinheiro a um punhado de jogadores, dirigentes, empresários, redes de TV e empresas patrocinadoras, mas 98% dos jogadores no Brasil ganham até três salários mínimos.

A mercantilização também penalizou a massa torcedora e se reflete no afastamento do povão dos estádios. Não poderia ser diferente. No atual campeonato brasileiro da Série A, a média do preço dos ingressos é R\$ 52,64. Jos dos times mais populares, como Flamengo e Corinthians, a média passa de R\$70,00. A depender do jogo e do local do estádio, há ingressos que passam de mil reais.

Uma realidade bem diferente de alguns anos atrás, quando torcedores pobres pagavam o equivalente a R\$ 3 na geral e R\$ 10 na arquibancada do Maracanã, por exemplo. E a qualidade dos jogos era muito superior!

O futebol mercantil avançou com o passar do tempo

A presença da gestão empresarial gerou também consequências políticas nesse processo. A Fifa deixou de ser uma mera federação esportiva internacional, desempenhando um papel diplomático comparável ao

da Organização das Nações Unidas e, gradativamente, passou a adotar práticas de uma grande empresa, desde o investimento em marketing para valorizar o seu produto até a comercialização das competições.

Nessa comercialização, há empresas ligadas a todas as atividades da Fifa, atuando nas edições de Copa do Mundo, Campeonato Mundial de Clubes, Copa do Mundo Feminina, etc., com acordos que são classificados como parcerias estratégicas de longo prazo. Neste caso, todas elas ganham local de destaque nos produtos da Fifa, nos principais torneios e, é claro, em sua vitrine máxima, a Copa do Mundo.

Outra prática são os acordos com direitos de exposição nos torneios, principalmente a Copa do Mundo. Nesse caso, as empresas se beneficiam da associação com os principais torneios da entidade e contam com o uso de ferramentas específicas de marketing e exposição publicitária, além de ofertas de ingressos e hotelaria nos eventos.

Para a Fifa, a ideia é que a Copa de 2026 seja o mais lucrativo evento esportivo de todos os tempos, com uma previsão de arrecadação de 11 bilhões de dólares.

O processo de mercantilização dentro da Copa do Mundo não deixa dúvidas e, de acordo com os exemplos que vimos, a televisão exerceu papel vital nessa transformação. Sem ela, não haveria a mesma projeção e capilaridade, atingindo quase toda a população mundial em tempo real – o que explica bastante as cifras bilionárias em acordos publicitários e os esforços políticos em torno do evento. Principalmente, quando não se tinha as redes sociais.

DEFENDER A AMÉRICA LATINA DO INTERVENCIONISMO ESTADUNIDENSE

Os Estados Unidos já não dominam o mundo como há algumas décadas e passam por um processo tratado por muitos como uma tendência de declínio de sua hegemonia. E se expressa na economia com a ascensão da China (realizando acordos comerciais com países antes sob influência estadunidense), a resistência que enfrentam nas relações políticas e uma diplomacia incapaz de “atrair e persuadir, em vez de coagir” e indústria cultural já não conseguem mais “produzir formas coletivas de sonhar”. Internamente, entre vários, citamos o fim do “sonho americano”.

Como ainda são a principal potência capitalista e detém muito poder – sobretudo a militar- para valer esse poder, necessitam, cada vez mais, apelar ao uso da força.

Como produto dessa crise, os Estados Unidos passam por mudanças internas profundas, desde a desindustrialização (menos investimento na produção, empresas produzindo em outros países, etc.) até o agravamento da crise social, afetando milhões de trabalhadores em várias áreas como saúde, emprego, moradia, etc.

A ausência de um movimento social capaz de se colocar como alternativa abriu caminho para a ascensão de Trump, eleito prometendo resolver exatamente esses problemas. E qualquer solução passa por ampliar suas relações econômicas e retomar a influência (consensual ou coercitiva) sobre algumas áreas do mundo. E América Latina é um ponto chave para Trump.

Quando o “diálogo” e “consenso” falham, o que resta é intervenção

O agravamento da crise estrutural do capital (e suas conseqüências) empurra os países para disputar o mercado mundial, aumentando a concorrência mundial. Essa disputa chegou na América Latina e países como a China e a Rússia ganharam

influência e espaço que antes era dos Estados Unidos. É nesse contexto que podemos entender a política de Trump para a América Latina.

Os Estados Unidos sempre consideraram a América Latina como o seu “quintal”, um território controlado seja pelo consenso, seja pela coerção. E consenso para eles não é acordo entre dois países, mas “concordar com eles”. A frase “falar suave com um grande porrete na mão te levará longe” de Theodore Roosevelt (presidente 1901-1909) demonstra bem o modus operandi estadunidense.

A construção desse “consenso” sempre foi prioritário porque não exige grandes mobilizações militares (e financeiras) e se constrói uma legitimidade que é importante na dominação. O “consenso de Washington” é um exemplo desse “diálogo” e foi fundamental para a lucratividade do capital, sem o desgaste de uma ação militar.

Quando esse “diálogo” não é produtivo, entra em cena as ações militares. As ocupações de Cuba (1898-1902/1906-1909/1917-1922), do Haiti (1915-1932) e Nicarágua (1912-1933); além disso, os 23 golpes (ou tentativas) para derrubar governos eleitos entre 1949 e 1989 (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, entre outros) é o jeito de tratar a região “como seu o quintal”.

A justificava, longe de ser a realidade, era a defesa de um ‘mundo livre’, da liberdade e da democracia e sempre contra um inimigo imaginário, como a “ameaça comunista”.

Trump retoma o intervencionismo

A partir da derrubada das ditaduras na década de 1980 e da invasão ao Panamá em 1989, os Estados Unidos priorizaram o “consenso” para imporem seus interesses na região, como a implementação do neoliberalismo,



como dito acima. A partir dos anos 2000, sobretudo a partir da eleição de governos da “esquerda institucional” e da presença chinesa, começam a perder influência.

Com a eleição de Trump, o imperialismo retoma a orientação intervencionista para a América Latina, adotando uma política mais agressiva contra a região, inclusive militar, como a invasão da Venezuela e as ameaças à Cuba. A pressão contra o Panamá para romper com empresas chinesas controladoras do Canal do Panamá, crucial para as exportações de empresas estadunidenses. Foi acordado com o Paraguai o acesso de tropas militares sem qualquer controle por parte do Estado paraguaio.

Também é parte dessa ofensiva as medidas econômicas, como o aumento das tarifas contra produtos mexicanos e brasileiros. Como a região é rica em minérios fundamentais para as atuais tecnologias (lítios, terras raras, Nióbio e Cobre), a apropriação desses recursos minerais é mais um elemento de pressão e ameaças, principalmente pela forte presença da China nesse setor.

Para isso, ter governos alinhados é decisivo. Em Honduras, com ingerência externa e fraudes, o candidato apoiado por Trump foi eleito por pouca margem de votos. Candidatos da extrema-direita do Chile, Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai e Equador e apoiados por Trump também foram eleitos e são base para os planos de Trump.

Diante de tudo isso, a construção de um movimento anti-imperialista e anticapitalista é fundamental para derrotar as pretensões de Trump.

ESTADOS UNIDOS: A GUERRA CONTRA O IRÃ E A CRISE SOCIAL INTERNA



A guerra Estados Unidos e Irã completou 90 dias em final de maio, levando em conta nesse intervalo de tempo que desde 8 de abril vigora um “cessar-fogo” entre os dois países. Depois do imperialismo ianque invadir com sucesso a Venezuela e ameaçar a Groelândia com a anexação, as ambições ianques se voltaram para o Irã. Nessas três situações, a rapinagem escancarada dos Estados Unidos objetivava o controle dos combustíveis fósseis venezuelanos e iranianos, além dos potenciais reservas de petróleo e gás, minerais de terras raras e metais críticos da Groelândia.

Agora, os Estados Unidos ameaçam invadir a Bolívia, que passa por uma insurreição popular contra um governo ianque, porque o país latino americano possui cerca de 31 dos 38 minerais críticos e estratégicos do mundo.

No confronto bélico com os Estados Unidos (este com o apoio de Israel), o Irã teve grandes perdas humanas: 3.468 mortos e cerca de 26.500 feridos, segundo dados oficiais, números bem superiores se comparados aos 13 mortos e 538 feridos norte-americanos. Houve também a destruição e/ou danificação de dezenas de edifícios militares; de rodovias; de 140 mil unidades residenciais e comerciais e da infraestrutura de transportes. Além disso, houve a danificação de instalações nucleares estratégicas.

Apesar disso tudo, os estoques de urânio altamente enriquecido iranianos e partes vitais da cadeia de suprimentos sobreviveram aos bombardeios. Em resumo: o objetivo dos Estados Unidos, de derrubar o regime dos aiatolás ou de destruir por completo o projeto

nuclear iraniano e a criação da bomba atômica pelo país asiático, não foi conseguido.

O bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde escoava cerca de 20% do petróleo, pelo Irã, fez o barril de petróleo chegar a altas históricas e criou a possibilidade de um desabastecimento mundial. Em função disso, países aliados dos Estados Unidos, como Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes (que foram atacados pelo Irã), e o mercado corporativo pressionaram Donald Trump para que a trégua fosse instalada, objetivando um acordo de paz, mediado pelo Paquistão.

O trumpismo como resposta reacionária à crise do capital

O trumpismo é uma resposta à crise estrutural do capitalismo de 2008, que atingiu em cheio os Estados Unidos, seus bancos e grandes corporações. Sua proposta é um nacionalismo econômico para reverter o declínio industrial e a perda de hegemonia dos Estados Unidos, ganhando para essa ideia um setor mais precarizado da classe trabalhadora norte-americana.

Como consequência, a perseguição e a repressão aos imigrantes nos Estados Unidos atingiram níveis históricos, com o aumento das deportações, militarização do Serviço de Imigração e Alfândega e superlotação dos centros de detenção. Os números dos centros de detenção passam de 60 mil imigrantes presos, fora a deportação de milhares de cubanos e de outras nacionalidades no México.

O encarceramento em massa

segue nos Estados Unidos, através da “Guerra às Drogas”. Cerca de 20% de todos os presos do planeta estão no país, que concentra quase 2 milhões de pessoas. Pessoas negras representam cerca de 36% a 42% dessa população carcerária e 23% dos detentos são latinos.

Já políticas do governo Trump ameaçam o acesso global das mulheres ao aborto e aos serviços de saúde reprodutiva e implementaram diversas medidas que restringem os direitos da comunidade LGBTQ+.

Como respostas a essa guerra contra os pobres e às minorias, a cidade de Minneapolis, foi palco de fortes manifestações e de uma Greve Geral, no início de 2026. E o movimento “No Kings” (Sem Reis) juntou 8 milhões de pessoas nas ruas, em final de março, em 50 estados norte-americanos.

Indicadores sociais mostram o que é o capitalismo nos Estados Unidos

Hoje, cerca de 47,4 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar nos Estados Unidos. O aumento do custo de vida e os cortes em programas sociais, como o programa de assistência alimentar do governo, agravaram essa crise.

Cerca de 771.480 pessoas vivem em situação de rua nos Estados Unidos. Este número representa um aumento recorde, impulsionado pelo encarecimento do custo de vida e dos aluguéis no país, pois estima-se que mais de 1,2 milhão de ações de despejo são abertas anualmente.

A taxa de desemprego atingiu 4,3% da força de trabalho. O governo registrou cortes massivos de cerca de 300 mil cargos no serviço público e um programa de demissão voluntária que atingiu a marca de 154 mil servidores. Somase a esse quadro que entre 40 a 60 milhões de pessoas nos Estados Unidos estão em empregos precários, temporários, informais ou como trabalhadores autônomos.

Por outro lado, os Estados Unidos têm o sistema de saúde mais caro do mundo. Mais de 100 milhões de norte-americanos possuem dívidas médicas. Os Estados Unidos são a única nação desenvolvida sem um atendimento médico garantido a todos os cidadãos. O país enfrenta o ressurgimento de doenças evitáveis, devido à queda na cobertura vacinal, por exemplo.

Na educação, o ensino superior nos Estados Unidos não é gratuito. Os estudantes pagam anuidades e taxas cujos valores médios superam os \$ 29.000 por ano. A inadimplência e o endividamento estudantil atingiram níveis críticos. Atualmente, mais de 42 milhões de estadunidenses possuem dívidas, passando de \$ 1,7 trilhão.

Essa crise na educação norte-americana é o que explica porque o Irã, com 93 milhões de habitantes mas que tem o ensino superior público e gratuito, forma aproximadamente 200 mil a 233 mil engenheiros por ano, que se concentram fortemente nas áreas de software, tecnologia da

informação e engenharia civil. Por seu lado, a China, que também não tem o ensino superior gratuito, mas tem anuidades bem menores do que nos Estados Unidos, forma entre 1,4 milhão a 3,5 milhões de engenheiros por ano. Já os Estados Unidos, maior PIB do mundo e com 342 milhões de habitantes, formam apenas cerca de 130.000 a 140.000 engenheiros por ano.

O Vale do Silício e a IA

As “Big Techs” (Meta, Apple, Google, Amazon, Microsoft, Intuit) do Vale do Silício (Califórnia) são hoje o fator da afirmação do poder econômico ianque no mundo. Mas, este setor também está em crise, impulsionada pela reestruturação massiva do setor tecnológico e pela escassez de energia para a Inteligência Artificial. Em final de maio, a Meta anunciou que vai demitir 8 mil funcionários e a Intuit cortará 17% da sua folha de pagamento, em função da substituição do trabalho humano pela IA. Mas, essa medida também não é tranquila, pois megacentros de dados no Vale do Silício têm enfrentado interrupções devido à incapacidade da rede elétrica de suportar as altas cargas de trabalho exigidas pelas operações de IA.

Disputa entre os imperialismos aguça e ameaça a humanidade

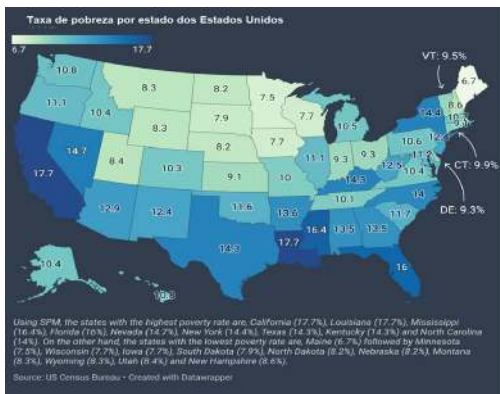
O recente encontro entre Donald Trump e o líder chinês, Xi Jinping mostrou que o imperialismo chinês, aliado do Irã, está em condições de igualdade para discutir com o

imperialismo ianque. É assim em 90% das tecnologias críticas e de pesquisa global; nas IAs aplicadas e modelos de linguagem; na robótica industrial; no desenvolvimento em tecnologias quânticas; nas redes 5G/6G; e na biofabricação e interfaces cérebro-computador.

Na fabricação de chips avançados, setor dominado pelos Estados Unidos e aliados, os fabricantes chineses locais de chips já suprem boa parte do mercado de servidores de IA interno. Em consequência, o imperialismo norte-americano intensificou a guerra comercial contra a China.

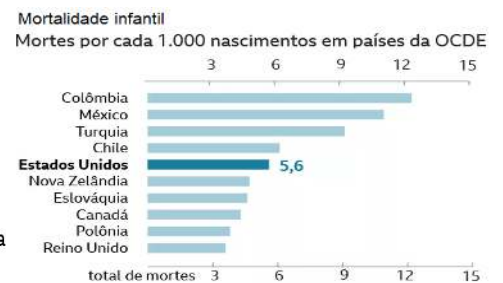
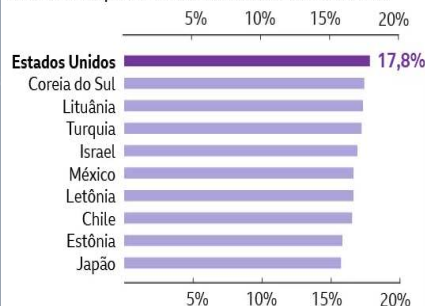
No tocante à “Guerra Espacial” entre China e Estados Unidos, a igualdade também existe. Pequim planeja enviar humanos à Lua até 2030 e está desenvolvendo mega constelações estatais e a própria estação espacial. Quem vencer a “Guerra Especial”, determinará quem estabelecerá o modelo, as regras de exploração e ocupação das regiões lunares mais valiosas. Essa disputa mostra o caráter apodrecido do capitalismo: os 2 países que mais emitem gases de efeito estufa e que têm provocado um superaquecimento anormal da Terra, procuram estender essa prática nefasta para o espaço sideral, ameaçando diretamente o ecossistema terrestre e a órbita do planeta.

Veja os mapas abaixo:

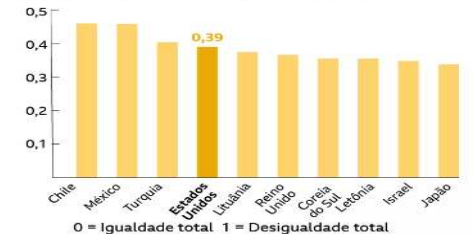


Índice de pobreza relativa

Proporção de pessoas que vivem com menos da metade da renda correspondente à mediana familiar nacional



Os EUA estão entre os 10 países da OCDE com maior desigualdade de renda



REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA BOLÍVIA



A Bolívia hoje é o epicentro da luta de classes no planeta. Sem desprezar processos muito importantes como a Greve Geral em Portugal, no início de junho, ou os explosivos protestos que tem ocorrido no México (com professores e estudantes à frente, contra o sucateamento da educação e, por tabela, contra a realização da Copa do Mundo), a convulsão social boliviana é um dos acontecimentos mais importantes da luta de classes, nos últimos 36 anos, e que pode, dependendo da sua resultante, apontar para uma nova correlação de forças com o capital, revertendo a etapa defensiva de mais de 3 décadas para a classe trabalhadora.

Seu impacto está por trás de 2 outros processos que estão ocorrendo em países vizinhos da Bolívia: os fortes protestos da juventude que se deram no Chile, também em início de junho, contra os cortes prometidos na educação pelo governo de ultradireita de Kast e no Peru, distorcidamente, na disputa acirrada entre o candidato da “esquerda” institucional Roberto Sanchez contra a candidata de extrema-direita Keiko Fujimori.

Em resumo: é um processo, guardadas as suas especificidades, que lembra os que ocorreram no país em 1952 (que conseguiu uma reforma agrária radical e a estatização das minas de estanho) e em 1985. Ambas situações revolucionárias, mas que foram derrotadas, através da “contrarrevolução democrática”, chefiada por Victor Paz Estenssoro, avô do atual presidente.

Como tudo começou?

Rodrigo Paz foi eleito prometendo um “capitalismo para todos”. Essa fraude política na sua campanha permitiu que ele

conseguisse derrotar o Movimento ao Socialismo, dividido pela disputa entre os ex-presidentes Evo Morales e Luís Arce. Dessa forma, encerrou-se uma hegemonia do MAS de quase 2 décadas e que tinha conseguido um Pacto Social com a burguesia boliviana, materializado na Constituição de 2009. Assim, depois de muito tempo, um governo de direita clássico assumiu o poder no país andino.

Logo depois de tomar posse, o próprio Paz desmontou a farsa que o elegeu. Ao estilo Milei, Presidente da Argentina, o mandatário boliviano começou, de imediato, a fazer um governo alinhado com a banca financeira, com o agronegócio, com as mineradoras privadas e com os interesses de rapina estadunidenses, ávidos pelos minérios raros, dos quais 31 dos 38 existentes estão na Bolívia.

A retirada do histórico subsídio à gasolina e a revogação da taxa das grandes fortunas foram as primeiras medidas neoliberais do governo Paz. Em resposta, vieram as greves de mineiros e professores. Após essas medidas, o presidente boliviano promulgou a Lei 1720, abrindo a possibilidade de entregar as terras indígenas ao capital financeiro.

Essa lei permitia ao Instituto de Reforma Agrária converter a pequena propriedade agrária em média e, dessa forma, facilitando essas terras serem hipotecadas como garantia para crédito, com risco de os camponeses perderem essas terras, ou seja, flexibilizando a proteção à pequena propriedade agrária. Uma lei que tendia à concentração da terra, beneficiando os grandes interesses econômicos

em detrimento das comunidades rurais e indígenas

Foi o estopim para a explosão social que tem sacudido a Bolívia há mais de 40 dias, materializada na Greve Geral deflagrada pela Central Obreira Boliviana (COB) em 01 de maio, e nos bloqueios de estradas, que chegaram a atingir, em final de maio, mais de 90 pontos do país, envolvendo mineiros, operários, camponeses, indígenas, professores, donas de casa, todos exigindo o “Fora Paz!”.

O governo foi obrigado a revogar essa lei, mas os trabalhadores não pararam e passaram a buscar derrubar o governo Rodrigo Paz.

A escassez de alimentos, medicamentos e combustíveis têm atingido, principalmente La Paz e a vizinha El Alto, com reflexos, em menor grau, em Cochabamba, Oruro e Potosí, além de outros 4 departamentos. A taxa de inflação supera 26%, há escassez de dólares e houve uma queda abrupta na produção de gás, principal fonte de receita do Estado boliviano. O escoamento de minerais (prata, zinco, estanho e projetos de lítio) e a chegada de insumos básicos para a produção também foram atingidos.

Para onde vai a Bolívia?

A insurreição popular na Bolívia, até esse momento, com 10 mortos, 365 detidos e 37 feridos, já derrubou 3 ministros e rechaçou os chamados de trégua do presidente. Esse último, em uma medida demagógica, chegou a prometer a redução pela metade do seu salário

e dos seus ministros, em vão. Já o Parlamento e o Judiciário boliviano estão bastante desacreditados. E o vice-presidente do país, Edman Lara também rompeu com Paz.

Apesar da crise nas classes dominantes bolivianas e nas suas instituições, a direção da COB, dos sindicatos, dos camponeses, das organizações populares e indígenas se negam a unificar os seus comandos e as suas ações. A direção da COB não amplia a Greve Geral que está forte, mas ainda não atingiu todas as minas e nem o setor dos transportadores e da aviação. Mesmo assim, a base radicalizada dos movimentos sociais, nos “cabildos” (assembleias), tem superado, muitas vezes, as suas direções.

Apontado como o instigador dos protestos, Evo Morales, sem a mesma base social, advoga também pelo “Fora Paz!”, porém, defende uma nova eleição presidencial nos próximos 90 dias. É muito pouco diante de tudo que tem acontecido no país nos últimos dias, além de desviar a luta para as eleições, um caminho que deu errado países como o Chile, Colômbia, Peru e Equador, quando riquíssimos levantes populares foram cooptados pelo jogo eleitoral e pela “contrarrevolução” democrática.

Governo Paz contra-ataca

Essas vacilações das direções do movimento permitiram que o moribundo presidente boliviano rearticulasse sua base de apoio e buscasse respaldo internacional, principalmente o imperialismo

ianque. Trump entrou em cena, falsificando os fatos e chamando os movimentos na Bolívia de “narco terroristas”, discurso logo incorporado por Rodrigo Paz.

Somaram-se nessa empreitada contra os movimentos sociais bolivianos os presidentes de extrema-direita da Argentina, Costa Rica, Equador, El Salvador, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago que prometeram dar apoio logístico e material ao governo boliviano. Lamentavelmente, o governo Lula seguiu nesse mesmo caminho, enviando mais de 20 toneladas de alimentos para o governo boliviano, sob o pretexto de “salvar a democracia” no país andino.

Esse apoio externo da extrema-direita e da “esquerda” liberal do Cone Sul permitiu que Paz, juntamente com o desacreditado Legislativo, conseguisse a aprovação de uma lei que dá carta branca ao governo para recorrer às Forças Armadas, no sentido de desobstruir as estradas controladas há mais de um mês por manifestantes.

A participação dos militares antes era limitada e era a tropa de choque da polícia e os grupos paramilitares que estavam à frente dos desbloqueios das estradas. Com o estado de exceção se configurando, as Forças Armadas passarão a ter a presunção de legalidade para agir e o governo dará o respaldo legal a um provável banho de sangue.

A partir daí, reforçou-se a ação da polícia e dos grupos paramilitares para desbloqueios de estrada, como

o feito no povoado de San Julian, no conservador departamento de Santa Cruz, confronto que deixou 4 militares e 14 civis feridos. Essa ação foi respondida logo em seguida pelo movimento de massas, com a invasão e saque da casa do prefeito de San Julian que teve que sair fugido da cidade com a família, protegidos pela polícia.

Contudo, as forças de repressão seguem prendendo os dirigentes do movimento. Na segunda semana de junho, 5 dirigentes da COB foram sequestrados. Apesar disso, os bloqueios prosseguem em, pelo menos, 80 pontos do país, o que tem alarmado a banca financeira internacional. Paralelamente, mulheres bolivianas camponesas, operárias e indígenas seguem em greve de fome, em apoio àqueles que fazem a luta direta nas ruas.

O que fazer em apoio à insurreição popular na Bolívia?

Algumas discussões se fazem no seio da esquerda anticapitalista brasileira sobre o atual processo boliviano: a) se existem organismos de poder alternativo dos trabalhadores e da população país andino; b) se existem “rachas” nas Forças Armadas; c) se temos ou não uma situação revolucionária e, caso sim, se temos uma revolução de “fevereiro” ou de “outubro”, reportando-se às 2 fases da Revolução Russa de 1917.

Todas essas discussões são procedentes, mas não justificam a quase nenhuma campanha de solidariedade, por parte das entidades do movimento social do Brasil, ao levante popular boliviano. Excetuando a louvável iniciativa da CSP-Conlutas de enviar uma delegação à Bolívia e de moções como da UNE e do SINTUFF, muito pouco foi feito. É preciso urgentemente reverter esse quadro e fazer o que está ao nosso alcance para que a insurreição na Bolívia se torne vitoriosa.

